
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º 9/2025

28 de abril de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 09h39m	Término da reunião: 12h31m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 9 de abril de 2025 - N.º 8/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **02: Ratificação – Atribuição de subsídio ao Clube Desportivo “Os Águias” para o apoio às provas equestres a realizar na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia.** -----

--- **03: Deliberação – Proposta de aprovação de Minuta de Contrato - “Empreitada de Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes”.** -----

--- **04: Ratificação – Atribuição de Medalha Municipal de Mérito Desportivo.** -----

--- **05: Deliberação – Proposta de aprovação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Alpiarça.** -----

--- **06: Conhecimento – Auto de Vistoria 24.03.2025 - Empreitada de Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça.** -----

--- **07: Ratificação – Assinatura da Declaração de Parceria com a Associação “Alzheimer Portugal”, no âmbito do Projeto “Rostos Tejo – Porque todos os rostos importam”.** -----

--- **08: Deliberação – Prestação de Contas do Ano de 2024.** -----

--- **09: Deliberação – Proposta de Atribuição de Subsídio a Associações e Coletividades.** -----

--- **10: Deliberação – Proposta de atribuição de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis.** -----

--- **11: Conhecimento – Despacho de designação dos membros da Comissão Organizadora da ALPIAGRA 2025.** -----

--- **12: Deliberação – Proposta de aprovação das Normas para a realização da 43ª ALPIAGRA – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----



--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e trinta e nove minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, com um total de disponibilidades de 4.714.312,57 euros (quatro milhões, setecentos e catorze mil, trezentos e doze euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que deve ter ficado por esquecimento, um sinal de aviso de obras quando se vem do Casalinho para Alpiarça, no entanto, não há qualquer obra em execução. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou se já existe o Protocolo com a Sociedade Filarmónica Alpiarcense para a Universidade Sénior, porque reparou que já estão a anunciar as inscrições. Verificou que em relação à Casa dos Patudos, aos três anos anteriores à Covid, no outro mandato comparativamente a estes últimos três anos, o número de visitantes diminuiu cerca de 2 mil visitantes por ano e, portanto, gostaria de saber se há alguma razão em especial, ou se não foram feitas atividades que atraíssem público à Casa dos Patudos. Referiu que em relação às grelhas na Rua Manuel Paciência Gaspar como alcatroaram aquela zona mas não subiram as grelhas, fica um grande buraco, para se desviarem do mesmo têm de ir para o centro da via. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que relativamente à questão que a senhora Vereadora Margarida Rosa do céu colocou o senhor Vereador Jorge Freitas iria perceber qual é o sinal. Às vezes, até é possível que tenha ficado algum esquecido, ou por não ter sido removido na altura, ou por estar previsivelmente a sinalizar alguma obra, que depois não foi recolhido. Relativamente à Universidade Sénior já estão a avançar com as inscrições, o Protocolo com a Sociedade Filarmónica Alpiarcense prende-se sobretudo com a localização da sede para a Universidade de Sénior poder funcionar. Há algumas limitações do ponto de vista do acesso, que também estão a estudar, uma vez que têm previsto a realização de obras com vista à colocação do elevador na sede da Sociedade Filarmónica Alpiarcense. De qualquer modo, o Protocolo não está ainda realizado, mas não está fora de questão vir a ser, é uma questão que tem de ser tratada com a própria Sociedade Filarmónica Alpiarcense e, portanto, a seu tempo ele será avaliado e será eventualmente feito, porque o objetivo era de facto concentrar ali algumas das atividades. Mencionou que as aulas têm início no próximo ano letivo e, portanto, há ainda alguma margem de tempo para perceberem qual é a melhor forma de funcionamento. Referiu que tinham de avançar com as inscrições para perceber quantas pessoas têm, qual a logística que é preciso



montar, qual é o espaço que é preciso ocupar e quais são as pessoas que eventualmente são voluntárias para poder dar as aulas e para poder acompanhar a própria Universidade Sénior. Relativamente à Casa dos Patutos, a tendência que se viveu durante os anos da Covid foi difícil de reverter. As pessoas, durante uma série de tempo, acabaram por deixar de fazer estas visitas, mas não se trata de falta de atividades, até porque as visitas são contabilizadas, sobretudo com as visitas guiadas à casa e nessa atividade de visitas não há propriamente a promoção de novas atividades. Frisou que em termos de atividades, é difícil fazer mais atividades, a galeria foi completamente ocupada durante todo o ano, houve atividades de exposições fora da Galeria e no Pólo Enoturístico, na própria casa as atividades não tiveram muita diferença relativamente àquela que tiveram nos 3 anos deste mandato. É claro que durante o período da Covid não terá havido tanta atividade. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que se recorda que havia um Protocolo com Universidades Sêniors em que vinham grupos. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que continuam a vir grupos de idosos, viagens promovidas pelas Juntas de Freguesia, sobretudo visitas de grupo, que acabam por dar mais dimensão ao número de visitantes do que propriamente as individuais. Há dois fins de semana atrás organizaram a visita dos pais e familiares que tiveram a acompanhar os miúdos que participaram no torneio de futebol, foram visitar a casa durante a hora do almoço e tem acontecido com variadíssimas outras atividades, sobretudo até de grupos profissionais de pessoas aposentadas que vêm fazer um almoço de convívio ao Restaurante da Reserva do Cavalo do Sorraia e que vão visitar a casa. Relativamente às grelhas, também já tinha reparado que há grelhas e não é só ali, há dois ou três sítios onde há ainda grelhas para subir. De todo modo, há ali uma desconformidade no piso, houve um abatimento e a empresa que fez o trabalho vai corrigir e, portanto, essa situação tem que ser resolvida com alguma urgência. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que constatou que a fatura da água está muito mais elevada, já ouviu vários munícipes a queixarem-se desta situação, bem como dos caixotes cheios, ou seja, o serviço não melhorou e a fatura aumentou muito. Na sua opinião não valeu a pena ser feita esta transferência, quando o serviço nem sequer melhorou e estão a pagar muito mais na fatura da água. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que dizer que o serviço de recolha do lixo não melhorou é uma coisa completamente fora daquilo que é a realidade, porque efetivamente o serviço não só melhorou como é feito reiteradamente, coisa que era muito difícil de fazer com os carros sistematicamente avariados. Salientou que é importante que as pessoas percebam que a quantidade, ou o valor que pagam relativamente à recolha dos resíduos tem a ver com o consumo de água que têm. É



preciso que as pessoas percebam, porque ele está indexado ao consumo de água e, portanto, também é natural que as pessoas ainda não tenham adequado os seus consumos de água a regularizarem os valores das suas faturas. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 9 de abril de 2025 - N.º 8/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, sugeriu várias correções formais ao texto da ata. Frisou que não foi incluída a sua declaração de voto relativamente ao ponto 13 sobre a transferência de valores apurados na Prestação de Contas de 2024 para a “Fundação José Relvas”. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, sugeriu várias correções formais ao texto da ata. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que retiram a ata e trazem à próxima reunião, para se fazer estas correções e incluir a declaração de voto da senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu do ponto 13. -

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 9 de abril de 2025 - N.º 8/2025 - Mandato 2021 – 2025, foi retirada da ordem de trabalhos com as correções sugeridas. -----

--- **02: Ratificação – Atribuição de subsídio ao Clube Desportivo “Os Águias” para o apoio às provas equestres a realizar na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a proposta vem instruída com a informação relativamente ao desenvolvimento das várias atividades que se pretendem desenvolver, nos termos que tem sido habitual, no sentido de ser promovido a entrega de prémios, que já tem ocorrido com outras atividades. -----

--- **Ratificação:** O Despacho a autorizar a Atribuição de subsídio, no montante de 3.500,00€, ao Clube Desportivo “Os Águias” para o apoio às provas equestres que se realizaram na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, foi ratificado por unanimidade. -----

--- **03: Deliberação – Proposta de aprovação de Minuta de Contrato - “Empreitada de Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes”.** -----



--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que lançaram um concurso para esta empreitada, encontra-se a decorrer o procedimento para a contratação de obras públicas para a realização desta empreitada, o relatório de abertura de uma proposta única foi submetido à apreciação e aprovação do órgão competente para a decisão de contratar, tendo sido liberado na reunião do Executivo do dia 26 de março do ano 2025 a adjudicar a empreitada ao concorrente “Eco Demo – Demolições, Ecologia e Construção, S.A” pelo valor de 1.742.545,79€ e, portanto, é necessário aprovar a minuta do contrato empreitada. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua postura tem sido no sentido de salvaguardar os interesses das pessoas que habitam atualmente nas casas e têm deixado isso em termos de declaração de voto e, portanto, ao aprovar a adjudicação bem como a contratação da empresa, naturalmente que iriam manter essa coerência em termos de votação. Frisou que se deve assegurar a guarda dos bens e, portanto, as intervenções devem ser analisadas e executadas da melhor forma em articulação com as pessoas que habitam as casas. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que tem algumas dúvidas, tais como onde vão ser instaladas as casas modelares para os inquilinos habitarem enquanto vão decorrer as obras, quem são os proprietários do terreno, ou dos terrenos onde vão instalar essas casas, que tipo de relação contratual vai existir com esses proprietários, onde é que vão depositar os pertences, se estão a fazer algum tipo de contrato, se já houve alguma reunião com os inquilinos e se vão fazer algum tipo de contrato de compromisso escrito em como as pessoas depois podem voltar às suas casas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente à instalação das casas modulares vão ser instaladas nos lotes contíguos ao bairro, há três lotes que são de um proprietário privado e há lotes que são propriedade do Município, que estão na mesma área. Salientou que vão instalar as casas modulares, parcialmente num dos lotes privados e nos restantes lotes que são do Município. Salientou que a relação contratual é uma relação de arrendamento e, portanto, o valor do arrendamento é coberto pelo financiamento do projeto. Os pertences vão ficar no mesmo local em contentores especificamente para cada uma das casas, ou seja, cada morador ficará numa casa e terá um contentor onde vai depositar todos os seus haveres, mantendo só ele o controle desses bens. Mencionou que cada agregado ficará com a chave do contentor onde tem os seus bens e só esse agregado é que terá acesso a eles. Os bens vão ser retirados e colocados por uma empresa de mudanças contratada pelo Município. A reunião ainda não se fez, vai-se fazer brevemente, porque só agora é que têm a capacidade de prever quando é que efetivamente têm as casas modelares em condições das pessoas poderem fazer as mudanças. Informou



que houve um primeiro concurso que ficou deserto para as casas modelares e no segundo concurso é que tiveram propostas e adjudicaram e, portanto, só agora é que têm previsibilidade para dizer às pessoas quando é que as obras podem começar e quando podem começar a fazer as mudanças. Relativamente à questão das pessoas poderem voltar às suas casas, os contratos de arrendamento que todos têm não terminam. Os contratos de arrendamento continuam e as pessoas não vão pagar a renda durante os meses em que estiverem nas casas modelares, mas os contratos de arrendamento permanecem com todos os inquilinos. Referiu que para a tranquilidade das pessoas o Município tem disponibilidade para fazer uma declaração a dizer que os contratos se mantêm e que as pessoas no fim das obras, retomam às casas onde estão atualmente. -----

--- **Deliberação:** A Minuta de Contrato - “Empreitada de Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes”, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **04: Ratificação - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito Desportivo.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que tinham verificado na reunião anterior, que havia uma falha relativamente à aprovação da atribuição de uma medalha à atleta Inês Fonseca, cuja medalha foi atribuída mas que não tinha como base a aprovação em reunião de Câmara e, portanto, vem agora para ratificar esta proposta. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que a formalização deste ponto não está devidamente enquadrada, porque fizeram a reunião a 26 de março para a atribuição das medalhas e as propostas foram enviadas no dia anterior. Mencionou que fizeram uma reunião extraordinária a 31 de março, onde também foram atribuídas mais algumas medalhas e mais algumas retificações e, posteriormente, na segunda reunião houve uma atribuição de uma medalha que não estava aprovada no dia 2 de abril. Pressupõe-se que houve uma decisão, anterior a 2 de abril de atribuir esta medalha e isso é que deviam ratificar, um despacho que tenha sido feito ou a 31 de março, ou a 1 de abril e ou até no dia 2 de abril. Referiu que na sua opinião não iriam ratificar um despacho, ou uma proposta com data de 15 de abril, porque ou ratificavam um despacho da senhora Presidente, ou do senhor Vice-Presidente em exercício, ou porque tem o pelouro do Desporto, mas um despacho do próprio eleito anterior ao dia 2 de abril, ou anterior à cerimónia. Frisou que têm de ratificar esta proposta e enquadrá-la de forma correta. ---

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a decisão de atribuir a medalha foi tomada em reunião de Câmara, esta atleta estava no elenco de atletas, a diferença foi que não tinham uma proposta. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que não porque até chamou a atenção na última reunião de Câmara, que tinha sido entregue uma medalha que não tinha sido alvo de



qualquer tipo de proposta.

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que tinha identificado que não havia uma proposta a formalizar a atribuição da medalha, mas quando fizeram a correção e decidiram atribuir um leque mais vasto, inclusivamente com as propostas que a senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu fez e que incluíram, a ideia que tinha ficado é que relativamente a esta atleta já tinha sido tomada essa decisão, o que faltava era a proposta formal. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que no dia 31 de março reuniram antes do início da reunião de Câmara e tem a ideia que se falou no nome da Inês Fonseca, mas durante a reunião de Câmara não voltaram a falar do assunto. Verificou-se na última reunião, que tinha sido atribuída uma medalha e não havia qualquer proposta, mas foi uma situação informal. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que retiram a proposta e iriam trazer o despacho do senhor Vereador Jorge Freitas com a atribuição e a proposta de ratificação do despacho anterior. -----

--- **Ratificação** - A Atribuição de Medalha Municipal de Mérito Desportivo, foi retirada da ordem de trabalhos. -----

--- **05: Deliberação – Proposta de aprovação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este plano está a ser desenvolvido com a colaboração da Comunidade Intermunicipal, há um conjunto de estratégias relativamente a esta questão dos territórios inteligentes em que estão a trabalhar. O Município definiu uma estratégia para afirmar o Concelho como um território inteligente, apesar do impacto e do alcance do plano ser até mais vasto, há uma tentativa de que, com o plano, se possa assumir com alguma inovação relativamente à gestão de um conjunto de atividades, que estão sob a alçada do Município e procurando utilizar algumas novas tecnologias e, portanto, trabalhando de forma integrada com a própria Comunidade da Lezíria do Tejo. Mencionou que há uma estratégia integrada de desenvolvimento do território, que estabelece esta visão para o desenvolvimento da região até ao ano de 2030. Referiu que há um Plano Estratégico de Turismo Sustentável da Lezíria, que também identifica alguns desafios e oportunidades para o turismo na região, promovendo o desenvolvimento turístico com a capacitação do ponto de vista tecnológico para dar resposta a algumas realidades, por exemplo, da automatização da aquisição de bilhética para visitar os sítios que têm bilhetes e um conjunto de outras atividades com recurso a novas tecnologias. Salientou que

há um investimento grande no ciclo urbano da água, neste período de contratualização de



cerca de 30 milhões de euros para melhorar a gestão e eficiência do ciclo urbano da água nos municípios da Comunidade, que vai permitir, a este nível, fazer algum investimento nas regas inteligentes, no conjunto de automação para os ciclos das regas, para a questão da segurança e, portanto, este plano vai permitir ao abrigo do que são os financiamentos que vêm da União Europeia destinados a este investimento em novas tecnologias. Também vai permitir fazer alguns investimentos que vão permitir economias de escala, vão permitir reduzir alguns consumos e, sobretudo, monitorizar um conjunto de aspetos que hoje não é fácil de monitorizar. Frisou que vai ser possível verificar consumos em edifícios municipais relativamente à água, a criação de uma plataforma de gestão urbana integrada, a gestão inteligente das regas municipais, a gestão inteligente da qualidade do ar e do ruído, a gestão de zonas verdes urbanas, de consumos energéticos em outros edifícios. Vai melhorar alguns aspetos em termos informáticos da própria Autarquia e, portanto, tem alguns projetos desenvolvidos no âmbito dos serviços online ao munícipe, do teletrabalho para a biodiversidade, a instalação de iluminárias públicas e de LED, Wi-Fi Turismo, utilização energética de vários edifícios, ou seja, do ponto de vista do investimento o que se procura é no âmbito do ecossistema do Município, procurar economias de escala em termos de aquisição, porque vão trabalhar com a Comunidade mas, sobretudo, criar formas de monitorização inteligente que permitam reduzir consumos e reduzir custos. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, questionando se a comparticipação será 85% e quanto caberá ao Município de Alpiarça. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que não é fácil dizer, depende como os projetos da Comunidade que são feitos através de RATEI, que tem a ver com a população de cada Concelho, com a área que tem e com um conjunto de outros critérios, que também presidem à distribuição de outros fundos comunitários, de qualquer modo aquilo que estão a aprovar é um plano. Depois o projeto de investimento vem noutra fase, para ser avaliado e aprovado. Informou que a estrutura de financiamento é PRR e, portanto, dependendo das características e das tipologias, pode ir até 100%. De todo modo, o que estão a aprovar, neste momento, é apenas o plano depois haverá o projeto que é candidatado com o envelope financeiro correspondente. -----

--- **Deliberação:** O Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Alpiarça, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **06: Conhecimento – Auto de Vistoria 24.03.2025 - Empreitada de Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça.** -----



--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este auto de vistoria traduz aquilo que foi a análise realizada relativamente ao ponto de situação da obra da GNR, para além das várias vistorias que têm ocorrido e do acompanhamento da empresa que faz o acompanhamento técnico e a fiscalização da obra, também houve uma visita do Ministério da Administração Interna com as equipas próprias do Ministério, uma vez que o projeto é do Ministério da Administração Interna. Mencionou que a obra faz-se com base numa parceria interadministrativa entre o Município e o próprio Ministério. Nesta vistoria, no dia 24 de março, foram detetados estes defeitos e vícios da obra, que obrigaram à prorrogação do prazo de 40 dias para a ratificação destes defeitos e vícios, que é um prazo que está a decorrer. Entretanto, têm vindo a avaliar a decorrência da obra e, se o prazo não se mostrar satisfatório, iriam na próxima vistoria avaliar o grau de conclusão da obra, para poderem retirar as ilações jurídicas e administrativas que se mostrarem adequadas. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que com esta lista acha muito difícil que no prazo de 40 dias se consiga, porque ainda há trabalhos por reparar, terminar e ou mesmo começar.

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do Auto de Vistoria, datado de 24 de março de 2025, referente à Empreitada de Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça. -----

--- **07: Ratificação – Assinatura da Declaração de Parceria com a Associação “Alzheimer Portugal”, no âmbito do Projeto “Rostos Tejo – Porque todos os rostos importam”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a Associação “Alzheimer Portugal” acompanha há bastantes anos a Estratégia da Saúde na Área das Demências e alerta para a urgência de um Plano Nacional para as Doenças Mentais, sobretudo para as Demências. É uma entidade de referência na prestação de cuidados específicos a pessoas com demência e no apoio aos seus cuidadores. Integra a Rede Social do Conselho Local de Ação Social desde janeiro de 2022. O projeto “Rostos Tejo – Porque todos os rostos importam” é um projeto de intervenção domiciliária destinado a criar recursos para as famílias das pessoas com demência, incluindo a própria, cujo objetivo é realizar atividades em casa, em conjunto com os membros da família. Esta associação apresentou uma candidatura ao projeto “Rostos Tejo - Porque todos os rostos importam”, no âmbito dessa candidatura ao projeto é necessário que cada um dos municípios aprove e assine uma declaração de parceria. A parceria a estabelecer com a Associação “Alzheimer Portugal” visa a divulgação do projeto por parte do Município, ao longo da sua realização, junto dos munícipes e das instituições do Concelho e, portanto, tendo presente a urgência desta assinatura que já foi feita no dia 15 de abril de 2025 e por essa razão vem agora para ratificação,



uma vez que a Associação “Alzheimer Portugal” tinha a necessidade de fechar este processo para apresentar a candidatura ainda dentro do prazo. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que na apresentação do ponto, devia de ser mencionado mesmo o projeto que é alvo da parceria, porque a parceria com a “Alzheimer Portugal”, tal como é dito nos considerandos já existe, ou seja, é específico para este projeto. -

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que na apresentação do ponto o que existe não é uma parceria, o que existe é que a Associação “Alzheimer Portugal” que integra a rede do Conselho Local de Ação Social. -----

--- **Ratificação:** A Assinatura da Declaração de Parceria com a Associação “Alzheimer Portugal”, no âmbito do Projeto “Rostos Tejo – Porque todos os rostos importam”, foi ratificada por unanimidade. -----

--- **08: Deliberação – Prestação de Contas do Ano de 2024.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que relativamente ao próprio texto há uma repetição na documentação e também uma repetição de alguns pontos no relatório de gestão, que foi feito na compilação da informação. Relativamente às contas do ano 2024, tem sido consistente a melhoria significativa na forma como têm procurado, com rigor, fazer a gestão do Orçamento Municipal e das contas municipais, têm vindo sistematicamente a baixar o serviço da dívida, têm vindo a criar condições de resposta, sobretudo aos fornecedores, que também têm importância do ponto de vista daquilo que é o grau de confiança que as pessoas têm relativamente ao Município, enquanto entidade que cumpre com os prazos de pagamento. Têm vindo a melhorar significativamente a forma como os impostos municipais e aqueles que têm vindo também a crescer, têm sido canalizados para investimento e, neste momento, as contas de 2024, apresentam um saldo positivo superior a 1.000.000,00€, foi extremamente positivo e decorre naturalmente de uma gestão de rigor que tem vindo a ser feita. Há um conjunto de elementos que é importante considerar e que tem a ver com o investimento e o facto de ter no ano 2023 para 2024 sofrido algum decréscimo, que tem a ver com os *timings* para as candidaturas e o lançamento das várias obras. Referiu que os avisos para as candidaturas comunitárias saíram no segundo semestre do ano passado, só a partir daí é que foi possível começar a fazer candidaturas e, portanto, a tentar adjudicar trabalhos com a maior rapidez possível. De todo o modo, foi necessário fazer todo um trabalho de preparação, de contratualização dos projetos, de estabelecimento das prioridades e isso tem vindo a acontecer ao longo de todo o mandato com uma prevalência maior nestes últimos dois anos, até porque o quadro comunitário não estava aberto antes e, portanto, há uma decorrência que também resulta desse facto. -----



--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que na análise orçamental da receita na venda de bens de investimento, do orçamento para a corrigida, há um aumento de 2.500.000,00€, questionou se tinha sido a venda do prédio. Na aquisição de bens de capital de 4.000.000,00€ para 8.000.000,00€, gostaria de saber a que corresponde e o que levou à duplicação. Nas transferências obtidas, no que diz respeito à cooperação técnica e financeira, que passaram de 156.000,00€ para 1.300.000,00€ mencionado no texto, mas não entra em pormenor e, portanto, será possível saber a que corresponde, uma vez que teve um aumento de 700% e nos anos anteriores estava sempre a zero, ou seja, foi só entre 2023 e 2024. No quadro correspondente às despesas por classificação orgânica, por baixo do quadro, é mencionado que para 2024, optou-se por eliminar as orgânicas 104 a 04, não aconteceu nos outros anos, apenas é referido que foram eliminadas, gostaria de perceber o porquê desta eliminação. No capítulo da Educação, no ano 2024, continua a ser marcado pela transferência assumida a 1 de abril, isto não se aplica para o ano 2024, isto aplicava-se anteriormente. Nas alíneas I e J, no ano passado, tinha sido colocado um parênteses, a dizer que não se aplica no ano 2023, ou seja, a alínea I, diz respeito à Gestão e Funcionamento de Residências Escolares e a alínea J, diz respeito à Gestão e Funcionamento de Modalidades de Colocação junto das Famílias de Acolhimento, era feita uma ressalva dizendo que isto não era aplicável no ano 2023, ou seja, devia mencionar o mesmo para o ano 2024. Gostaria também de perceber porque é que no documento anterior, foi mencionado as portarias a 10 de 2023 e a 262 de 2023, 17 de agosto, que eram as portarias mais atuais, que têm a ver com o cálculo das transferências do FFD e a aquisição de equipamento básico, era importante porque as mesmas ainda estão atuais, não estão no texto, desapareceram do texto, mas como são as portarias mais atuais, que é a nº 10 de 2023 e a 262 de 2023, 17 de agosto, que dizem respeito à aquisição de equipamentos. Reparou também que no documento atual desapareceu a classificação da Reserva relativamente ao anterior, ou seja, optaram por não desenvolver o RIAP. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que este documento de prestação de contas tem uma estrutura muito semelhante àquela que tem sido feita ao longo dos anos e, portanto, em termos daquilo que é uma compilação de todos os serviços na sua atividade, tem também a componente técnica em relação àquilo que são os números. Em relação ao resultado, o próprio relatório faz referência a isso, em termos de conjunto do Município de Alpiarça, apresenta uma receita extraordinária da alienação do prédio da Avenida Berna, de 2.500.000,00€, que influencia também aquilo que são os próprios números em termos concretos do ano de 2024. A análise geral será sempre um pouco enviesada em relação àquilo que são as receitas normais e a própria receita do ano. Em relação àquilo que foi dito e à análise que é feita, em termos daquilo que é o endividamento do Município, o mesmo mantém-se mais



ou menos nos mesmos valores, ao longo dos últimos anos. Destacou o aumento de receita, ao longo dos últimos anos, que se tem verificado em termos das transferências, essencialmente por haver uma alteração legislativa naquilo que é a aplicação da lei das finanças locais e que permitiu um aumento significativo na receita. Mas em termos daquilo que é a despesa, há também alguns aumentos significativos em termos de despesa corrente, daquilo que é o funcionamento normal do Município. Questionou em relação à receita se houve algum fator extraordinário, ou não que levou a esse mesmo aumento, uma vez que existe uma oscilação dos rendimentos da propriedade em relação ao ano de 2024. Na parte da despesa, constatou que nas despesas com pessoal houve um aumento de 14% de um ano para o outro e um aumento de 33% em relação a 3 anos atrás, em 2021. E na aquisição de bens e serviços, um aumento de 24% de um ano para o outro e um aumento de 64% nos últimos três anos, o que correspondeu nestes dois itens um aumento de 2.400.000,00€ em três anos, que efetivamente se refletem nestas mesmas contas. Mencionou que em relação aos encargos das instalações mantêm-se sempre um valor mais ou menos estável e em relação ao ano anterior teve um aumento de 37%, de 140.000,00€ mais ou menos e, portanto, gostaria de saber se houve alguma situação extraordinária, isto tem a ver com o funcionamento dos edifícios, os encargos que existem com água, luz e outras coisas que dizem respeito ao funcionamento dos edifícios. Verificou também um aumento nas deslocações e estadas de 170% de um ano e de 1000% nos últimos 3 anos. Frisou que de publicidade, só neste ano houve um aumento de 59% e, nos últimos 3 anos de 125%, os gastos de publicidade do Município, parecem por vezes uma promoção dos eleitos do que propriamente do Município de Alpiarça. Verificou também o aumento de 173% nos outros trabalhos especializados, questionou se houve alguma situação extraordinária ou não. Também um aumento de 51%, nos outros serviços, que são aqueles que não conseguem identificar, gostaria de saber se há algum fator específico que tenha levado a este aumento. ---

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente ao aumento desta rubrica da Cooperação Técnico Financeira na evolução das transferências obtidas, esta refere-se ao quartel da GNR. Questionou o Dr. Nuno Paulino sobre as despesas da classificação orgânica, há um conjunto de rubricas e depois opta-se por eliminar as orgânicas 104 a 04, que tem a ver com o Gabinete de Apoio à Câmara, Serviço Municipal Proteção Civil, Unidades Orgânicas Financeira, Administrativa, Jurídica e Recursos Humanos, Unidade Orgânica de Obras e a Unidade Orgânica de Educação no ano 2024 não estão aqui consideradas. -

---- O senhor Dr. Nuno Paulino tomou a palavra, referindo que não há nenhuma razão legislativa, é uma opção apenas do Executivo relacionada com o facto de ser muito mais fácil gerir o Orçamento Municipal, evitando mais revisões orçamentais. Tendo em conta o caso de Alpiarça, já tem contabilidade de gestão



desde 2018, verificou-se que não era necessário estar a desagregar estas orgânicas e, portanto, acabaram por deixar apenas aquelas que são obrigatórias por lei. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente à questão da colocação dos decretos de lei, não lhe parece que haja grande questão, até porque a rubrica da transferência de competências também resulta da lei e, portanto, não está desenquadrada. Relativamente à Educação, o que está é a transcrição de todas as áreas onde houve transferência de competências em concreto para o Município. Nas alíneas I e J, pode-se fazer uma chamada em baixo a referir que não tem aplicação, porque as mesmas não foram efetivamente transferidas, ou seja, não têm essa componente em termos da transferência que foi feita. -----

---- O senhor Dr. Nuno Paulino tomou a palavra, referindo que relativamente aos bens de capital tem a ver com os investimentos que vieram para aprovação apenas durante o ano, faz com que tenham através de uma alteração orçamental aumentar o valor nesta rubrica por contrapartida da rubrica da receita. No entanto, vai verificar exatamente o que foi e o porquê e, posteriormente envia por e-mail a explicar a situação. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que seguramente que este valor tem a ver com um conjunto de projetos, sobretudo candidaturas, por exemplo a candidatura relativamente à ampliação da Escola Abel Avelino que a partir do momento da sua aprovação, obriga a integrar os montantes que estão aprovados em termos orçamentais e, portanto, eventualmente terá a ver com os financiamentos que, entretanto, vão sendo aprovados. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente à questão do endividamento houve um decréscimo de 13,21% na dívida do Município e, portanto, o esforço de ir cumprindo com a amortização da dívida tem sido significativo. De todo modo, há um aumento substancial com as despesas de pessoal. Durante o ano 2024, para além do impacto referente aos aumentos de ordenado mínimo, às várias atualizações salariais, ao desbloqueamento da progressão nas carreiras, à contratação de pessoal, à transferência de competências que trouxe ao quadro de pessoal funcionários que não faziam parte do Município há um aumento significativo. Mencionou que a aprovação de medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, ao decreto de lei que determinou o aumento do valor da base remuneratória da administração pública, fixada em 2004 no montante de 821,83€ e a revisão dos montantes pecuniários dos vários níveis remuneratórios, aumentando 52,63€ até o nível 23 e depois a subida de 3% acima do nível 24. A aprovação do decreto de lei que prevê e estabelece uma medida especial de aceleração do desenvolvimento de carreiras. A alteração dos níveis remuneratórios



correspondentes às posições remuneratórias das carreiras técnico superior e assistente técnico, bem como a implementação até ao ano 2026 de alterações de posicionamento remuneratório na carreira de assistentes operacionais em função da antiguidade e, portanto, todas estas alterações foram incorporadas pelo Município de Alpiarça, sem exceção. Além disso, estas medidas fazem aumentar consequentemente os encargos com a Segurança Social, o aumento de alguns abonos variáveis e, sobretudo, o aumento do valor do trabalho extraordinário, que também teve um diploma legal, que veio alterar profundamente o regime de pagamento de trabalho suplementar e, consequentemente, a forma de cálculo do respetivo pagamento a partir da centésima primeira hora, as regras hoje são substancialmente diferentes e têm valores mais elevados. Também ainda no ano 2024, a transferência de competências na área da Saúde trouxe necessariamente a integração nos quadros do Município dos assistentes operacionais que prestam serviço naquela Unidade. Para além de todas estas circunstâncias, adotou-se uma atitude diferente relativamente ao pagamento das horas extraordinárias, uma vez que os trabalhadores até esta altura acumulavam horas em bolsa que não usufruíam do ponto de vista remuneratório e que depois compensavam em tempo, no entanto, há muito trabalho para fazer e as pessoas acumulavam centenas de horas extraordinárias na bolsa, sem terem tempo para as gozar e sem as receberem de ponto de vista monetário. Frisou que o Executivo tomou uma opção diferente relativamente a esta matéria e, portanto, há compensação financeira das horas extraordinárias. Relativamente à Corporação de Bombeiros há um aumento substancial do valor das horas do trabalho extraordinário, uma vez que ele também vem sendo pago, para além da atualização do vencimento ao nível de Sapador de todo o Corpo de Bombeiros, este trabalho extraordinário tem sido objeto de compensação remuneratória, o que elevou substancialmente os custos com o pessoal. Salientou que o principal fator de incremento do pagamento de horas extraordinárias tem a ver com a Unidade Orgânica de Urbanismo e de Obras, porque de facto o Município tem assumido um conjunto de trabalhos por administração direta, o que tem levado a que os trabalhadores tenham, em termos de trabalho extraordinário, uma compensação maior. E, portanto, tem-se gasto substancialmente mais em formação, tem-se regularizado situações que não eram regulares e que passaram a implicar o pagamento de horas extraordinárias, todos esses fatores culminam necessariamente no aumento desta rubrica. Os encargos com as instalações têm seguramente algum aumento, uma vez que têm feito reabilitações dos edifícios municipais, na maior parte dos casos por meios próprios relativamente a questões pontuais que já existiam há bastante tempo. Fizeram uma intervenção substancial na Biblioteca Municipal, que permitiu resolver os problemas de infiltrações interiores na zona da leitura dos contos e, sobretudo, naquele pequeno anfiteatro que existe dentro da própria Biblioteca. Estes trabalhos de recuperação foram feitos com os meios do Município, houve um



conjunto de intervenções nas Piscinas Municipais e em outros equipamentos e, efetivamente no âmbito dos encargos com a manutenção das instalações, algumas delas não tinham qualquer tipo de manutenção há muitos anos. Referiu que o aumento relativamente às deslocações estadas, refere-se ao Projeto REWET, que tem a ver com a candidatura que fizeram para o desenvolvimento do trabalho na Reserva Natural do Paul da Gouxa, porque o ano passado a única deslocação que houve foi no âmbito do Projeto REWET a Londres e, portanto, terá sido a única que é também financiada pelo próprio projeto. Relativamente à publicidade, a mesma tem sido substancialmente ou quase totalmente virada para as atividades do Município, sobretudo para a Alpiagra, para a divulgação dos projetos que têm vindo a candidatar, sobretudo às participações em projetos internacionais e financiados por entidades europeias. Relativamente às várias atividades que o Município, ao longo do ano, vai promovendo e essa tem sido a preocupação, junto da Comunicação Social Regional, junto da Comunicação Social Nacional e que tem dado uma visibilidade ao Concelho, que é importante, quer por razões económicas, quer por razões mais lúdicas ou ligadas ao Turismo. Relativamente aos rendimentos das propriedades já incluído os rendimentos das propriedades que eram exploradas pela Agroalpiarça e que durante o ano passado já tiveram reflexo, uma vez que foram percebidas pelo Município e não pela Cooperativa. -----

--- O senhor Dr. Nuno Paulino tomou a palavra, referindo que de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2002, tudo o que não se enquadra nas outras classificações será classificada nesta rubrica de outros serviços, onde constam refeições, espetáculos, aquisições de serviços diversos e o tratamento dos sólidos, em 2025 esta rubrica, irá à partida, diminuir. -----

--- **Deliberação:** A Prestação de Contas do Ano de 2024, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **09: Deliberação – Proposta de Atribuição de Subsídio a Associações e Coletividades.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o Município possa ser um fator de dinamização e contribuir de forma muito importante, para que o movimento associativo e as várias dinâmicas associativas do Concelho possam sobreviver, o Município continua a dar o contributo para que esta dinâmica social possa continuar a existir. De todo modo, é sempre importante considerar-se que, da parte das associações, independentemente daquilo que reconhecem ser a forma muito dedicada e o trabalho que é intenso, que não tem propriamente um retorno do ponto de vista financeiro, antes pelo contrário, é importante que se perceba que esta dinâmica, esta mobilização tem que partir das várias associações. O Município não deve ser o motor da atividade socioeconómica do Concelho. O Município deve ser um apoio, deve ser considerado e encarado como uma entidade que está ao lado e está disponível para



colaborar. As associações têm necessariamente que manter a sua atividade, porque chegam com as suas atividades a mais pessoas e acabam por mobilizar a população, é importante que tenham uma dinâmica e uma forma de trabalho que seja condizente com aquilo que é o compromisso do próprio Município. Referiu que é sempre muito difícil que as várias associações, sobretudo as de maior dimensão, as que movimentam mais pessoas e do ponto de vista financeiro também movimentam mais meios, é sempre muito difícil que haja algum rigor na forma como tratam estas questões. Frisou que têm sempre muita dificuldade em recolher, desde logo, os orçamentos, as propostas de atividades e os relatórios de execução, de forma a que se possa planear com critério e reconhecer na atribuição do subsídio, se possa reconhecer as associações que têm um esforço maior ao longo do ano, mobilizam mais pessoas, fazem mais atividades, acabam por cumprir com os seus propósitos de forma mais incrementada do que outras que, em alguns casos, se limitam a existir e a fazer uma atividade, ou às vezes nem sequer apresentam propostas de atividades. Salientou que o compromisso do Município com as associações do Concelho é prestar um serviço inestimável à população, é um compromisso que vai manter e que reforça em termos de financiamento. De todo modo, é importante apelar que este rigor e estes critérios sejam de alguma maneira cumpridos, porque valoriza o juízo que se faz sobre a atividade e, sobretudo, dá também uma maior tranquilidade quando definem os apoios a estas entidades. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que esta proposta deveria ter tido outro enquadramento, que é o que têm feito nos outros anos, haver uma proposta de apoio àquilo que é a atividade regular das associações e coletividades, não faz sentido haver um apoio, neste caso ao Clube Desportivo “Os Águias”, e depois discriminatório às secções desse mesmo Clube. Mencionou que o enquadramento tem sido sempre de uma proposta individualizada, como sendo um apoio excecional, até com outros objetivos mais concelhios do que propriamente a sua atividade única e exclusiva regular desportiva. Para além de, neste caso, de haver este impedimento em relação a um dos itens, entende que deveria ser efetuado de forma excecional e não integrando o apoio regular das associações. Sugeriu que aprovem o apoio regular das associações à exceção dos últimos três itens e que os mesmos sejam alvo de uma proposta individualizada, no sentido de aprovarem um enquadramento de cada um destes pedidos. -

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que o apoio tem que ser feito todo ao Clube Desportivo “Os Águias”, aquilo que se optou foi discriminar os montantes que se propõem a atribuir, neste caso a estas três secções em concreto, porque estas secções apresentaram projetos específicos de desenvolvimento que são diferentes da maior parte da atividade corrente do resto das secções. A razão foi porque, efetivamente, este montante é atribuído ao Clube Desportivo “Os Águias” é que há uma percentagem que deve ser distribuída em apoios financeiros às diversas modalidades, o que não existia antes deste



Executivo iniciar funções, o que existia era um apoio único ao Clube e depois o mesmo definia como é que gastava esse dinheiro. Normalmente gastava uma boa parte, ou uma parte substancial em despesas correntes de funcionamento do próprio Clube e consideram que o principal objetivo é desenvolver as várias modalidades e, portanto, é preciso que algum dinheiro chegue efetivamente às modalidades. Consideram que as modalidades que não apresentaram nenhum projeto específico, o Clube deve ser autónomo na discriminação em que modalidades quer distribuir a percentagem. Relativamente àquelas modalidades que apresentaram projetos específicos, entendem que deviam de atribuir os subsídios autonomamente como também já aconteceu no passado e, portanto, só não estão autonomizados porque os subsídios vão ter que ser atribuídos todos ao Clube. Mencionou que os subsídios são aprovados, neste caso exatamente com a mesma forma que foram anteriormente, não parece que haja necessidade de os estar a autonomizar, uma vez que foram requeridos tal e qual como nos outros anos e, portanto, entendem que os subsídios deviam estar por uma questão de transparência, porque os mesmos são entregues efetivamente ao Clube. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que estão a ter por base o Regulamento de atribuição que estava previsto ser revisto em 2021. Salientou que não há nenhum posterior a esse, ou seja, o Regulamento que existe tem quatro capítulos, mas nos três capítulos, em que um está previsto o desenvolvimento das atividades regulares e está previsto no terceiro capítulo por modalidade, ou seja, para situações pontuais. No seu entender não deviam estar a misturar o que é a entidade Águias com as outras modalidades que fizeram um pedido de apoio pontual, que não deve vir enquadrado no mesmo que os Águias. Referiu que o asterisco que consta na proposta deveria estar previsto no Regulamento, ou seja, a partir do momento que está numa proposta, tinha que estar previsto em Regulamento. Frisou que estava previsto uma alteração ao Regulamento, no entanto, não houve qualquer alteração, ou seja, aplica-se o Regulamento de 2003. Frisou que os pedidos que as três modalidades fazem, apenas apresentam as despesas, não apresentam as receitas nem os patrocínios. Relativamente aos valores, até porque todos eles apresentam despesa, no caso do Boccia foi entregue 22% do valor pedido, no caso do Ciclismo foi 22,5% e no caso do Futebol Sénior foi 67%, gostaria de saber quais foram os critérios. Atendendo a que todos eles só apresentam a despesa total, porque é que no caso do Ciclismo só foi feita uma proposta de 22% de apoio nas despesas, o mesmo acontece no Boccia e no caso do Futebol Sénior foi 67% das despesas. Referiu que se a senhora Presidente não vai discutir e votar a proposta, a mesma deveria vir assinada pelo senhor Vereador Jorge Freitas. Mencionou que, as modalidades devem vir com um pedido autónomo e tendo por base o que está previsto em Regulamento, com a apresentação de todos os documentos. -----



--- Interveio a senhora Presidente, referindo que podem autonomizar estes pedidos, a intenção foi a melhor, não há nada que não seja completamente transparente. Relativamente a este ponto, retiram as três últimas propostas de atribuição de subsídios pontuais e iriam aprovar as propostas relativamente às outras entidades. Relativamente ao asterisco, esta cláusula esteve sempre presente no documento, nos anos anteriores, e foi sempre cumprida pelo Clube Desportivo “Os Águias”. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que há uma desproporção muito grande do Desporto para a Cultura, isto não quer dizer que o valor para o Desporto é demasiado elevado, pelo contrário é muito pouco, nomeadamente no Rancho Folclórico da Casa o Povo de Alpiarça, no Grupo Etnográfico de Danças e Cantares de Alpiarça e na Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro, que é a única entidade neste Concelho a promover o ensino da música. Para além das outras secções que tem, nomeadamente o Coro. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a proposta de subsídios não faz distinção relativamente, ao facto de ser uma atividade desportiva ou de ser uma atividade cultural. Aquilo que se verificou, ao longo dos últimos anos, depois de terem adotado alguns critérios relativamente ao cálculo do subsídio a atribuir, foi que da parte do Desporto tem havido sempre uma preocupação muito maior de ter um plano de atividades abrangente e multifacetado, com um conjunto de atividades significativo e que chegue a um conjunto significativo de pessoas, sobretudo de jovens, praticantes das várias modalidades e da parte da Cultura não tenha havido essa preocupação. Alertou para o facto de, no caso da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro, terem tido a indicação de que o subsídio que foi atribuído pelo Município não foi totalmente consumido e, portanto, havia montantes em excesso que não eram utilizados, nem foram utilizados ao longo do tempo. Mencionou que estão sempre disponíveis para atualizar os subsídios, mediante esta evidência de que as coletividades têm um propósito e que o dinheiro que todos os municípios estão a contribuir, para ser entregue às várias associações é destinado a desenvolver atividades no âmbito dessas associações. Salientou que se o reporte financeiro, que enviam evidência que nem a parte do subsídio que atribuíram foi consumida, independentemente das outras receitas, ou dos patrocínios, ou do que quer que exista, e quando têm o Presidente de uma entidade a dizer se o subsídio que o Município fornece é condição para a sua sobrevivência, sem o subsídio não conseguem trabalhar, isto evidencia também alguma falta de dinamismo na prossecução da atividade, de maneira a que se justifica a atribuição crescente do subsídio. É evidente que se as associações não tiverem dinamismo, o dinheiro não se justifica à atribuição de subsídios para circunstâncias deste género. Frisou que os subsídios que têm atribuído ao Rancho Folclórico da Casa o Povo de Alpiarça e ao Grupo Etnográfico de Danças e Cantares de Alpiarça são substancialmente mais elevados do que, ao longo dos vários anos, que



vinham sendo atribuídos. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, questionando se a Câmara não está a apoiar a Associação dos Amigos da Natureza, porque não foi citado o valor. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que não, porque estão a elaborar protocolos específicos com a Associação dos Amigos da Natureza, um deles destinado ao desenvolvimento dos projetos com a escola, que é um protocolo tripartido e o outro desenhado para o desenvolvimento das atividades na Reserva e, portanto, isso será objeto de protocolo específico a ser subscrito com a Associação dos Amigos da Natureza. -----

--- **Deliberação:** A atribuição de subsídio a Associações e Coletividades, exceto do Futebol Sénior, Ciclismo e Boccia, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **10: Deliberação – Proposta de atribuição de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que na sequência da reabilitação de uma habitação e tendo havido a alteração do nível de conservação, de mau para excelente, o que dará lugar à melhoria da eficiência energética com base na legislação que regula os processos de reabilitação urbana e os benefícios fiscais associados, quer da legislação nacional, quer da legislação municipal. Propõe-se a aprovação da atribuição de isenção do pagamento do IMI ao requerente, relativamente às obras de conservação no imóvel que foi recuperado. -----

--- **Deliberação:** A atribuição de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de 3 anos, ao prédio sito na Rua Dr. Bernardino Machado n.º 32 e 34, 2090-051 Alpiarça, propriedade da requerente Ana Margarida Ribeiro Raposo, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **11: Deliberação – Despacho de designação dos membros da Comissão Organizadora da ALPIAGRA 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a proposta de constituição da Comissão é integrada pelos seguintes elementos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, Presidente da Câmara, Jorge Manuel Claudino de Freitas, Vereador da Câmara, Abel Ferreira Melro Pedro, Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Manuel Celestino Sabino Colhe, Secretário de Gabinete de Apoio à Variação, Joana Filipa Lopes Eusébio Pais da Costa, Dirigente Intermédio de 4º Grau da Unidade Orgânica do Gabinete de Turismo e Empreendedorismo e Bruno Alexandre Carvalho Nalha, Dirigente Intermédio de 4º Grau da Unidade Orgânica de Aprovisionamento e Contratação Pública. -----



--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que este ponto está para deliberação, mas não é uma proposta para deliberação, é uma designação e o próprio enquadramento do ponto que refere à alínea nº 2 do artigo 35º da Lei nº 75 de 2013, que diz exatamente que é uma competência do Presidente da Câmara Municipal decidir sobre assuntos relacionados com a gestão e direção dos profissionais afetados aos serviços municipais e, portanto, será um ponto para conhecimento. Frisou que é uma competência da senhora Presidente da Câmara e não propriamente da Câmara Municipal, como está na designação e também na legislação que é referida, pelo que é competência da Câmara aprovar as normas, mas não lhe parece que seja competência da Câmara aprovar comissões, neste caso de um evento específico. -----

--- **Conhecimento:** Dado conhecimento do Despacho de designação dos membros da Comissão Organizadora da ALPIAGRA 2025. -----

--- **12: Deliberação – Proposta de aprovação das Normas para a realização da 43ª ALPIAGRA – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que propõe-se a aprovação das normas para realização da 43ª ALPIAGRA -Feira Agrícola Comercial de Alpiarça, que se realiza de 23 a 31 de agosto de 2025. -----

--- **Deliberação:** As Normas para a realização da 43ª ALPIAGRA – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça, foram aprovadas por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Interveio o senhor município Mário Cavaca, começando por questionar qual é o sistema de obras que vão fazer nas casas, o que vão realizar dentro das casas e fora das mesmas, porque há casas que efetivamente tenham necessidade de fazer obras. Mas há casas que não necessitam de obras interiores, mas sim exteriores, porque o exterior das casas está a deteriorar e começam a ter humidade dentro das mesmas. Salientou que é uma luta enorme ter que estar a arranjar as casas por dentro, constantemente a limpar e a pintar, porque se não houver arranjos exteriores e pinturas, ou a colocação de um produto nas paredes para combater a humidade para dentro. Frisou que se não houver arranjos exteriores, telhado, janelas e pinturas, continuam com o problema de infiltrações dentro de casa. Acredita que haja casas que precisem de arranjos, ou cozinhas, etc, não é o seu caso porque a sua casa sofreu obras, quer na canalização, quer na eletricidade. Referiu que só queria saber exatamente o que vão fazer nas casas, se na



sua casa só fizerem obras no exterior e no telhado, não necessita de sair de casa, porque já tinha feito obras no interior da casa. Salientou que se tirar a mobília, a mesma vai partir-se porque é só vidros. Alertou que deveria haver uma ponderação sobre esse assunto. Frisou que há pessoas que não têm condições de ir para contentores, são pessoas doentes que saíram do hospital e não podem andar. Na sua opinião deveriam visitar cada casa, para ver as condições que têm e para que efetivamente se possa resolver estes assuntos e, posteriormente fazer uma reunião no global com os inquilinos. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que este é um projeto no âmbito da Estratégia Local de Habitação, que foi submetido e obedece a um conjunto de regras. Mencionou que têm um compromisso e uma atribuição de financiamento para uma Estratégia Local de Habitação que prevê a reabilitação de um conjunto de imóveis que são propriedade do Município. Salientou que naquelas casas, tirando as obras que os inquilinos foram fazendo, muitos delas sem qualquer autorização por parte da entidade que é proprietária dos imóveis, ao longo dos vários anos, obras feitas pelo Município dentro das casas ou fora das casas são zero. Aquilo que o Município se limitou a fazer foi alienar casas que eram de habitação social, que hoje deviam estar disponíveis para famílias que não têm qualquer tipo de capacidade para pagar uma renda e, portanto, hoje são casas privadas e o Município resta-lhe o quadro de habitações que tem e que é conhecido. Frisou que existem pessoas doentes com a mobilidade mais reduzida, que estão ansiosos para que se façam as obras nas casas o mais rapidamente possível. As obras no interior das casas pressupõem naturalmente um incómodo com o qual as pessoas, sobretudo aquelas que têm mais idade e mais dificuldade, dificilmente conseguem coexistir durante o período das obras. Mencionou que para terem o financiamento, tiveram que fazer os projetos e cumprir um conjunto de requisitos, estes dizem que têm que melhorar a eficiência energética das casas, têm que utilizar materiais que não são poluentes e que cumprem com um conjunto de requisitos da legislação em vigor. Referiu que tiveram que rever a própria funcionalidade da casa, porque hoje as medidas são diferentes, as portas têm que ter uma determinada largura, as casas de banho têm que ter capacidade para as pessoas se moverem numa cadeira de rolas. O Regulamento da Edificação Urbana tem vindo a alterar-se ao longo do tempo, neste momento só têm esta oportunidade para recuperar os imóveis do Município. Relativamente às pessoas que tinham feito obras em casa, os técnicos iriam perceber se cumprem estes requisitos relativamente às medidas de eficiência energética. Referiu que as obras vão melhorar, substancialmente não só o conforto das pessoas, mas a própria casa em si. Relativamente à intervenção nas casas, se a casa só precisar de uma intervenção exterior e do telhado, só se faz essa intervenção, desde que os requisitos técnicos se mantenham relativamente às obrigações. Infelizmente estas obras não se fazem sem causar alguns incómodos, estão a tentar com a empresa que os incómodos durem o menor tempo possível. O Município



está a cumprir uma obrigação, enquanto senhorio, de fazer obras nas casas, isto é uma obrigação legal. Também é o Município que vai assegurar a contratação de uma empresa de mudanças, que permita a cada inquilino fazer as mudanças dos seus bens e acomodá-las num espaço que ficará sob o seu controle. Assim como cada inquilino irá ter acesso a água, luz, gás e telecomunicações. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 12h31m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

